



Realizado entre os dias 20 e 22 de maio de 2002, na Secretaria de Estado da Cultura, o seminário Paraná Indígena: Memória da Terra, que reuniu lideranças indígenas das dezoito reservas indígenas existentes no Estado, foi, no nosso entendimento, um dos mais significativos eventos que promovemos nos últimos dois anos.

Uma das razões é que, além da programação, toda ela elaborada pelas próprias lideranças indígenas, discutiu-se, durante três dias, ações concretas a serem implementadas a partir das necessidades mais prementes das comunidades; outra, é a Carta de Curitiba, que publicamos na íntegra na página 4.

Para nós, esse primeiro Paraná Indígena: Memória da Terra também teve um significado especial porque, sendo um dos desdobramentos do Projeto Saberes Indígenas, criado e executado a partir de 1995 pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural, dessa Secretaria de Estado, reforçou a necessidade de se preservar o saber e os valores indígenas, entre os quais a língua dos índios da tribo Xetá.

A pedido da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas participamos, em 2000, do levantamento sobre a situação dos remanescentes e descendentes dos Xetás, que, depois, resultou numa portaria do Ministério da Justiça e dos escritórios nacional e regional da Funai determinando a demarcação de uma área específica para a comunidade; este processo está andamento e torcemos para que, a partir dele, muito se possa fazer em benefício desses antigos habitantes do Noroeste do Paraná.

Desejamos que um segundo Paraná Indígena: Memória da Terra venha complementar, na área do patrimônio cultural, a agenda de debates a respeito da cultura indígena, a qual, como disse o indigenista Orlando Villas Boas, que participou do evento com um depoimento gravado em São Paulo, é "extraordinária e grande".

Com esta publicação, deixamos registrado o essencial dos debates realizados durante o seminário, esperando que deles muitas outras ações se concretizem.

Monica Rischbieter

Secretária de Estado da Cultura

PARANÁ II INDÍGENA

MEMÓRIA DA TERRA

TEMAS E PARTICIPANTES

CURITIBA 20 A 22 DE MAIO DE

INDIGENISMO BRASILEIRO

Edivio Batistelli
Glenio da Costa Alvarez
Daniel Matenho Cabixi
Orlando Villas Boas
Pituiarô Mektutire
Moderador.: Francisco Eugenio dos Santos

TERRA E ESTATUTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS

Pedro Cornélio Seg Seg
Arthur Nobre Mendes
Mario Ghisi
Luciano Pizzato
Neoli Olíbio
Moderadora.: Antônia Lélia Sanches Krüger

MIO AMBIENTE E TEMS ECOLÓGICO

Reinaldo Zuardi
Wagner Pereira Senna
Wilson Loureiro
Saint Clear Honorato dos Santos
João Carlos Mader
Moderador.: José Tadeu Motta

SAÚDE E EDUCAÇÃO INDÍGENA

Hélio Sanfelice
Sebastião Veríssimo
Ari Paliano
Loris Carlos Ghesse
Almir Pontes Filho
José Luiz de Carvalho
Moderadora.: Maria Luiza Marques Dias

EDUCAÇÃO INDÍGENA E ATIVIDADES PRODUTIVAS

César Silvestri
Sauri Pafej Manoel Antonio
Maria Glaci
Mauro Cezar Wosniak
Martinho Rodacki
Gilda Kuitá
Neoly Kafy Rygue Olíbio
Pedro Cornélio Seg Seg
Jair Karai Rodrigues
Moderadores.: José Gonçalves dos Santos e Antonio Roberto de Paula

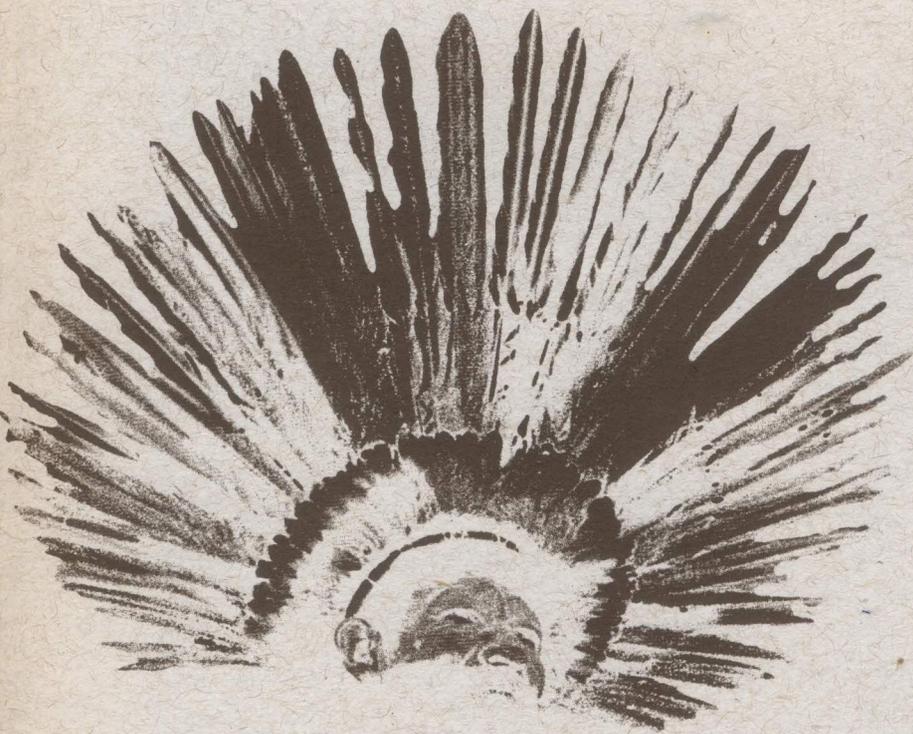
ESPIRITUALIDADE INDÍGENA E RELIGIÕES OCIDENTAIS

Pe. Ércio Luiz dos Santos
Kaegso Herry
Marcolino da Silva
Moderador.: Paulo Cezar Bottas

CULTURA INDÍGENA

Raoni Metuktire
Francisco Manoel
Antonio Nelson Ribeiro
Kaká Werá
Moderadora.: Monica Rischbieter





Os
ÍNDIOS

DO PARANÁ



CARTA

DO PARANÁ EM CORE-É-TUBA

Entre os dias 20 e 22 de maio de 2002 estiveram reunidos no Auditório Brasília Itiberê da Secretaria de Estado da Cultura, em Curitiba, no evento denominado Seminário Paraná Indígena: Memória da Terra, as comunidades indígenas do Paraná, representadas por suas lideranças, professores bilingües e Organizações legitimamente constituídas, a FUNAI e representantes do Governo do Estado do Paraná. O Seminário destinou-se à discussão de temas de interesse das comunidades indígenas e que na atualidade exigem soluções:

1 Urgência nos processos de demarcação das terras indígenas Toldo Boa Vista e Xetá. Dar solução para as terras indígenas Morro das Pacas, Cerco Grande, Karuguá e Guaraguaçu. Adotar providências para a ampliação das terras indígenas de Palmas e Laranjinha. Promover estudos referentes a terras na região fronteira com o Paraguai.

2 Garantir em orçamentos, Estadual e Federal, recursos para: a) manutenção e apoio aos estudantes indígenas que estão cursando o ensino de terceiro grau; b) recursos para atividades produtivas, educação, cultura, ações ambientais, habitação, infra-estrutura e para as Organizações Indígenas.

3 Cumprimento do Decreto 1.141/94 no que se refere às atividades produtivas e ações ambientais nas terras indígenas.

4 Dar apoio ao fortalecimento, respeito e valorização por parte dos poderes públicos às Lideranças Tradicionais e Organizações Indígenas, legitimamente constituídas.

5 Apoio para o mais breve entendimento nacional, com vistas à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas; normatização da educação escolar indígena no Paraná; fortalecimento institucional da FUNAI e da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas do Governo do Paraná.

6 Exigir e garantir o respeito aos índios, quando da realização de obras que impactem o ambiente indígena, quer sejam obras futuras ou àquelas já em andamento.

7 Cumprir e fazer respeitar as crenças tradicionais das sociedades indígenas, no processo de relação interétnica e diálogo inter religioso.

8 Garantir apoio Federal, Estadual, das Associações dos Municípios e do Tribunal de Contas no cumprimento da Lei do ICMS-Ecológico relativo às terras indígenas.

9 Exigir que, preferencialmente, os recursos financeiros públicos destinados à saúde, educação, atividades produtivas e outros, sejam repassados via Organizações Indígenas na forma de pessoa jurídica.

Sendo estas as principais reivindicações indígenas resultantes do presente evento, em virtude das reais necessidades destas comunidades; a Carta do Paraná em Core-é-Tuba busca medidas efetivas para a solução dos problemas nela relacionados. ✱

Edívio Batistelli

Assessor Especial do
Governo Estadual para
Assuntos Indígenas

PARANÁ INDÍGENA

MEMÓRIA DA TERRA

“Ampliar o conhecimento do específico sem perder a noção do conjunto faz parte da gestão indigenista contemporânea...”

A participação indígena na formação cultural do Paraná é singular no contexto nacional. Os principais rios – Iguaçu, Paraná, Ivaí, Tibagi, Piquiri e Paranapanema; as áreas de proteção ambiental (APAS) de Guaratuba e Guaraqueçaba; os picos do Marumbi, Paraná e Anhangava; Paranaguá, o porto e ponto inicial da colonizao; a capital, Curitiba; e o próprio Estado, Paraná, são palavras de origem Tupi, dentre tantos outros traços de cultura indígena incorporados pela nossa sociedade.

As maiores terras indígenas foram destinadas aosndios pelo Governo do Estado no incio dos anos 1900: Mangueirinha, Rio das Cobras, Ivaí, Faxinal, Queimadas e Apucarantina – entre outras. Na época, não existia no Brasil um serviço de proteção aosndios. Em 1911 foi criada em Curitiba uma unidade administrativa de proteção e assistência aosndios, vinculada ao órgão de indigenismo oficial brasileiro, onde permanece até os dias atuais (com exceo de 1967, quando mudou-se para Porto Alegre, retornando nesse mesmo ano a Curitiba).

No século XVII existiam, somente na região onde hoje se situa o Estado do Paraná, 24 reduoes jesuíticas conhecidas, localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Paraná, Iguaçu, Tibagi, Ivaí, Paranapanema e Corumbat, cuja populao dendios e nondios era calculada em 100 mil pessoas. Hoje, no Paraná, vivem mais de 10.300ndios pertencentes às etnias Kaingang e Xetá, falantes da língua Já e Tupi, que habitam 17 terras indígenas demarcadas e 6 a serem demarcadas. Essa populao já chegou a somar pouco mais de 2 mil pessoas no incio dos anos setenta e, atualmente, cresce a uma taxa superior a 4,5% ao ano, ou seja, 2% acima do crescimento médio em relao a populao de nondios.

Do Paraná partiram grandes iniciativas indígenas e indigenistas, que tiveram repercussão nacional: a primeira língua indígena sistematizada ortograficamente foi a Kaingang, que neste ano de 2002 completa 30 anos desde a formao da primeira turma de professoresndios bilíngues, que teve como sede do Summer Institut of Linguistic as terras indígenas de Rio das Cobras. Já a língua Mbi Guarani, que foi sistematizada mais tarde, teve como base a aldeia Lebre (Tapixi), também em Rio das Cobras. Os primeiros movimentos para a recuperao das terras indígenas no Brasil também começaram no Paraná: eles ocorreram no final dos anos setenta e foram liderados por ngelo Cret, cacique Kaingang de Mangueirinha.

Dentre outros acontecimentos importantes, destacamos, ainda, como fatos mais atuais, a lei do ICMS



Ecológico, criada em 1993, incluindo as terras indígenas e já seguida por 9 estados brasileiros; a lei 13.124/01, que permite aos índios o acesso diferenciado em cursos de nível superior nas universidades públicas estaduais do Paraná, atitude pioneira no país que visa a inclusão indígena e a diminuição das desigualdades sociais. Do Paraná partiu, ainda nos anos de 1989 e 1990, a coordenação das ações para aprovar um capítulo referente aos índios, nas Constituições Estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro, e nas leis orgânicas de municípios com aldeamentos indígenas.

Aos poucos se consolida uma nova postura na relação entre os povos indígenas e os poderes públicos, fruto de um extraordinário avanço constitucional brasileiro, que resultou na inclusão, na Constituição Estadual do Paraná, de um capítulo especial referente aos índios. Diz o artigo 226 da Constituição Estadual: "As terras, as tradições, usos e costumes dos grupos indígenas do Estado integram o seu patrimônio cultural e ambiental, e como tais serão protegidos. Esta proteção estende-se ao controle das atividades econômicas que danifiquem o ecossistema ou ameacem a sobrevivência física e cultural dos indígenas".

Nesse cenário, impõe-se, nesse momento, providências que permitam a interação entre os índios e

não índios de forma a garantir o respeito e a valorização interétnica, que fortaleça a determinação do reconhecimento diferenciado dos povos indígenas. Ampliar o conhecimento do específico sem perder a noção do conjunto faz parte da gestão indigenista contemporânea, que defende o fortalecimento dos valores tradicionais das sociedades indígenas para que estas não morram enquanto povos, assegurando, por outro lado, o incremento das informações necessárias aos índios para que possam competir em igualdade de condições na sociedade.

Suprimida a política do "integracionismo harmonioso" experimentamos o nobre momento do respeito à diversidade cultural. Viver em um país pluriétnico, multiracial e pluricultural garante-nos a riqueza diversa, a não massificação e a graça de um Brasil cultural heterogêneo. Perseguir os caminhos que indicam saídas para os índios na busca da inclusão social, assessorá-los na manifestação de suas vontades, conhecê-los melhor para respeitá-los mais são tarefas dos poderes públicos e de toda a sociedade brasileira, que de alguma forma contribuiu para a ruptura e a desestabilização dos indígenas e do meio em que viviam.

Organizando-se para fora de suas comunidades e habitat como agentes legítimos do processo interativo, os índios Kaingang, Guarani e Xetá fizeram do Paraná Indígena: Memória da Terra uma grande parceria com a FUNAI e o Governo do Estado através da sua Secretaria de Estado da Cultura e da Assessoria Especial para Assuntos Indígenas. Tratar de assuntos como as terras indígenas e o meio ambiente; a saúde e a educação indígena; as atividades produtivas; a cultura; a espiritualidade indígena; as atividades produtivas e as religiões ocidentais; os direitos dos povos indígenas, a lei do ICMS Ecológico; e a lei da inclusão indígena em vagas nas universidades estaduais se transformou em algo ímpar. As presenças do Governador do Estado, da Secretária da Cultura, do Presidente da FUNAI, dos Presidentes dos Conselhos Indígenas Regionais, do Conselho Nacional dos Povos Indígenas, do Instituto Nhemboetê Guarani, dos líderes indígenas tradicionais (caciques), das comunidades índia e não índia, juntamente com um selecionado grupo de palestrantes e moderadores foram significativos para as causas indígena e indigenista paranaense.

"...cada vez mais os índios são e devem ser os porta vozes da relação interétnica."

Evidenciado o resgate da auto-estima e do orgulho de ser etnicamente diferentes, valores hibernados pela opressão do integracionismo forçado,

cada vez mais os índios são e devem ser os porta vozes da relação interétnica. O etnodesenvolvimento interativo indígena depende de fatos como os que foram proporcionados pelo Paraná Indígena: Memória da Terra, e que dele resultou a "Carta de Coré-e-Tuba", destinada às autoridades afins, para que as políticas se transformem em ações, estas nem sempre presentes neste novo cenário, que tem como princípio essencial o direito ao tratamento diferenciado conquistado pelos povos indígenas em todas as instâncias das políticas públicas.

Observe-se que os impedimentos históricos no sentido de reconhecer a diversidade étnica e de inclusão indígena gerou uma disparidade acentuada entre a sociedade não índia e os indígenas no que se refere às possibilidades destes, fato inegável que precisamos corrigir a cada momento. A condição de vida dos indígenas não é boa, mas o Paraná vem demonstrando através de ações que quer modificar esta situação histórica. Por isso, sentimo-nos honrados com as parcerias e realizações conjuntas em favor destes povos que sofrem o nosso assédio há 502 anos. ✨

José Luiz de Carvalho
Geógrafo
Aimoré Índio do Brasil Arantes
Historiador

ÍNDIOS DO PARANÁ

O HOMEM NA AMÉRICA

O povoamento da América começou pelo menos entre 50.000 e 12.000 anos antes da chegada dos europeus, em 1492. A partir do século XIX, os pesquisadores interessaram-se em estudar essa questão e iniciaram as primeiras escavações no território americano em busca de evidências que pudessem esclarecer, ou pelo menos dar pistas confiáveis da origem do homem americano.



São duas as principais correntes teóricas que procuram explicar a presença do homem nas Américas e, conseqüentemente, no Brasil: a mongólica ou de Bering e a transoceânica. A primeira teoriza sobre a migração de indivíduos entre a Ásia e a América através da estreito de Bering. A segunda revela que o movimento migratório foi realizado por meio de navegação primitiva pelo Oceano Pacífico utilizando-se das inúmeras ilhas encontradas no percurso.

Recentemente dois estudiosos brasileiros desenvolveram uma pesquisa em torno deste assunto; ou seja, a chegada do homem à América. Este trabalho foi publicado em 1999 pela revista americana *Science*. O estudo foi realizado pelos geneticistas Sérgio Danilo Pena e Fabrício Santos, que confirmaram o parentesco genético entre tribos dos seguintes países: Brasil, Peru, Argentina, Colômbia, México e Estados Unidos e um pequeno povoado nas Montanhas Altai, localizado entre a Sibéria, na Rússia, e a Mongólia. Os testes de DNA foram apresentados como a “confirmação” da chamada origem asiática dos índios americanos.

A presença deste homem americano no Paraná é encontrada em vestígios arqueológicos importantes, como: os sambaquis do litoral e as pinturas rupestres dos campos gerais, por exemplo. Vestígios arqueológicos ocorrem em quase todo o território paranaense.

Atualmente o Paraná é habitado por três grupos indígenas: os Xetá, os Guarani e os Kaingangue. Estes três grupos pertencem a dois troncos lingüísticos, que são: o Tupi-Guarani e o Macro-Gê. Os Guarani e os Xetá (embora pesquisas com os Xetá sejam ainda escassas) são tupis e os Kaingangue gê.

Os Guarani habitavam nos primeiros tempos da colonização as porções

selentrionais da região do Paraná. Distribuíam-se desde às margens do complexo dos rios Paraná e Paranapanema até às regiões interioranas. Os grupos guaranis eram os mais numerosos e estendiam-se também pelas áreas do sul mato-grossense até o Paraguai e a Argentina. Estimase que os guaranis tenham migrado da região Amazônica há milhares de anos e se fixado na região sul.

Os Kaingangue são os legítimos habitantes das matas de araucária; assim estavam mais concentradas nas regiões meridionais. O Pinhão, inclusive, era largamente utilizado pelos por eles em festas e rituais.

No início da colonização entre os primeiros povos que foram contatados pelos europeus estavam os Tupi. No litoral sul brasileiro, já nas primeiras décadas do século XVI, os Tupinambá, os Carijó e os Tupiniquim tiveram contatos com portugueses e franceses. (...) Em 1545 um grupo de habitantes de Cananéia e de São Vicente, aprofundou seus barcos no litoral da baía de Paranaguá. Este grupo era, possivelmente, a bandeira de préia de índios carijós, organizada pelo capitão-mor vicentino Diogo Leitão, irmão de Jerônimo Leitão. Este último, posteriormente, através de Paranaguá, chegou aos campos de Curitiba uma direção de Tibagi. (...)¹.

Inúmeros relatos de viajantes, entre estes o do naufrago alemão Hans Staden, dão conta das tradições e dos costumes indígenas. Os tupi, pode-se inferir, mostraram-se mais acessíveis ao contato. É o que testemunha a implantação no Paraná das Reduções Jesuíticas Espanholas.

Ainda sob o Tratado de Tordesilhas, de 1494, grande parte da porção oeste paranaense pertencia à Coroa Espanhola. Foram instituídas as Reduções Guaraníticas do Guairá, então o imenso território guarani. O intuito espanhol era unir a colonização da região com a catequização dos índios. Quanto aos Kaingangue não existem relatos históricos de que tenham sido reduzidos. Empreendimento “bem sucedido” as reduções entraram em declínio com as invasões dos bandeirantes paulistas.

As reduções em território paranaense são anteriores as dos Sete Povos das Missões no Rio Grande do Sul; pois foi com a grande diáspora nas invasões bandeirantes que padres jesuítas e índios guaranis migraram para o sul, através dos rios Paranapanema e Paraná, fundando os Sete Povos. O efeito colonizador foi devastador para os povos indígenas. De senhores da terra, passaram a povos errantes numa terra conquistada. No desenvolvimento do Paraná a mão-de-obra indígena foi bastante utilizada. Um dos empresários da época que se utilizou muito dessa prática foi João da Silva Machado, o Barão de Antonina. Vários autores e comentaristas do século XIX apresentavam soluções para a falta de mão-de-obra no Brasil.

Nos apontamentos de Demétrio Acácio Fernandes da Cruz encontramos uma sugestão de aproveitamento do índio como mão-de-obra na agricultura e nas forças armadas, da necessidade da educação dos índios e da organização de colônias agrícolas com índios e populações indigentes, às quais seriam dadas as mesmas regalias que as dadas aos estrangeiros. “Aproveite o governo aos selvagens e saiba tirar o partido de certas tribus para as nossas força de mar e terra, depois de o ter educado a proposito, para semelhante fim; e ao restante, conjuntamente com aparte de nossa população agrícola indigente, reunindo em núcleos colonias modelos, dê-se-lhes as mesmas regalias que a mãos largas se concede aos europeus, e em conclusão teremos dinheiro gasto utilmente com o aproveitamento de homens, com os quaes a sociedade brasiliense estava acostumada a não contar, teremos verdadeiras colonias tão uteis para a agricultura como para o paiz em geral; e teremos realizado e resolvido o problema de desenvolvimento de uma população indigena vigorosa”.²

Outros relatos nos revelam que no extremo oeste do Paraná havia a lida com a erva mate, por exemplo; e, para isso, índios guaranis eram trazidos das regiões do Paranapanema e do Mato Grosso para trabalharem na colheita e no transporte até os locais de venda.

Os aldeamentos indígenas são instituídos durante o século XIX, com a finalidade de reunir os grupos e famílias indígenas dispersas. Inicialmente eram agrupamentos dirigidos por religiosos e, posteriormente, por militares. Somente com a criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910, sobretudo em função da atuação do Marechal Rondon, é que as Reservas Indígenas foram estabelecidas. A preocupação com os indígenas em território paranaense sempre foi uma constante, tanto no período colonial e imperial quanto no período republicano.

O Paraná possui atualmente dezoito reservas indígenas; onde se encontram famílias guaranis, kaingangues e xetás. Os Xetá possuem uma trajetória extremamente peculiar e trágica na historiografia paranaense. Embora houvessem relatos de viajantes sobre o avistamento de índios xetás, sobretudo na região do rio Ivaí, foram somente contatados na década de sessenta do século XX na Serra dos Dourados, região de Umuarama.

Um relato histórico singular é o do engenheiro inglês Thomas Plantagenet Bigg-Whitter que trabalhou na implantação da estrada de ferro paranaense no século XIX. Relata Bigg-Whitter, no seu livro Novo Caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos³, a captura de um índio “botocado”, provavelmente xetá, que se escondia no alto de um pinheiro. Com os Xetá quase houve um genocídio; hoje restam somente algumas pessoas e famílias que vivem em áreas guaranis e kaingangues. ✦

¹ Moreira, Júlio E. Caminhos da Comarcas de Curitiba e Paranaguá. Curitiba: IHGEPr, 1975. V.2. p.500

² MOREIRA, Júlio Estrela. Fontes para a história do Paraná: cronistas, séculos XIX e XX. Curitiba: SEEC, 1990.

³ BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1974.

TERRAS INDÍGENAS DO PARANÁ¹

Existem no Estado aproximadamente 9015 Indígenas, habitando 85.264,30 hectares de terra. Esta área está distribuída em 17 terras abrigando as etnias Kaingang, Guarani e 6 remanescentes do povo Xetá.

Terras Indígenas	Aldeias	Tribos	População	Municípios	Área (Ha)
Palmas	Sede, Vila Alegre	Kaingang	650	Palmas-PR e Abelardo Luz-SC	2.944,00
Mangueirinha	Sede, Paiol Queimado, Fazenda, Palmeirinha, Água Santa e Mato Branco	Kaingang Guarani	1.617	Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida	17.308,07
Rio das Cobras	Sede, Campo do Dia, Taquara, Pinhal, Lebre, Trevo, Papagaio e Vila Nova	Kaingang Guarani Xetá	2.263	Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu	18.681,98
Ocoy	Sede	Guarani	172	São Miguel do Iguaçu	231,88
Marrecas	Sede e Campina	Kaingang Xetá	385	Turvo e Guarapuava	16.538,58
Ivaí	Sede, Laranjal e Bela Vista	Kaingang	877	Manoel Ribas e Pitanga	7.306,34
Rio D'Areia	Sede	Guarani	51	Inácio Martins	1.280,56
Faxinal	Sede e Casulo	Kaingang	450	Cândido de Abreu	2.043,89
Queimadas	Sede, Aldeia do Campo	Kaingang	355	Ortigueira	3.081,00
Mococa	Sede e Gamelão	Kaingang	79	Ortigueira	848,00
Apucarantina	Sede, Toldo, Vila Nova e Barreiro	Kaingang	662	Londrina	5.574,00
Barão de Antonina	Sede, Cedro e Pedrinha	Kaingang	395	São Jerônimo da Serra	3.751,00
São Jerônimo da Serra	Sede e Guarani	Kaingang Guarani Xetá	375	São Jerônimo da Serra	1.339,00
Laranjinha	Sede	Guarani	303	Santa Amélia	284,00
Pinhalzinho	Sede	Guarani	88	Tomazina	593,00
Ilha da Cotinga	Sede	Guarani	68	Paranaguá	824,00
*Guaraqueçaba	Sede	Guarani	62	Guaraqueçaba	861,00
Tekoha - Añeteté	Sede	Guarani	163	Diamante do Oeste e Ramilândia	1.744,70
TOTAL			9.015		85.235,030

*Área não Regularizada Fonte: FUNAI - 1995

¹ PARANÁ. Casa Civil. Assessoria de Assuntos Indígenas. Os povos indígenas do Paraná. Curitiba: 1998.



DEPOIIMENTOS



"A FORÇA DA CULTURA DO ÍNDIO É EXTRAORDINÁRIA E GRANDE"

Impossibilitado de participar pessoalmente do Seminário Paraná Indígena: Memória da Terra, o indigenista Orlando Villas Boas gravou depoimento para o Canal Paraná, em São Paulo, aonde vive atualmente. "Com os tupis e os caicangues, com quem convivi durante 48 anos, conheci uma sociedade tranqüila, onde ninguém manda em ninguém", disse na ocasião. "Esse foi um dos maiores ensinamentos que recebi em minha vida".

Villas Boas disse também que nunca viu os índios se desentenderem ou discutirem entre si, mesmo falando línguas diferentes. "Quando chegamos ao Brasil Central achávamos que iríamos ensinar alguma coisa aos índios, mas levamos um susto porque na verdade foram eles quem nos ensinaram a viver em sociedade.

Perebemos que eles se relacionavam de uma maneira que nos dava inveja, era uma coisa formidável".

Comparando, Villas Boas afirmou que "é comum na nossa sociedade o pai zangar-se com o filho ou a mãe puxar a orelha da filha, mas na sociedade indígena nunca se vê o índio falar em voz alta com o filho, que é a sombra do pai, e a filha a sombra da mãe, desde pequena ela a segue por toda parte. "A cultura indígena é extraordinária e grande e por issô os índios não precisam de ensinamentos, mas de respeito", completou.

Ele também falou sobre as virtudes dos *txucarramães*, que em língua indígena significa o equivalente a "aquele que não tem arco". Segundo Villas Boas, esses índios, que viviam da caça e não tinham roça "não tinham apego às águas dos córregos, só gostavam das águas das lagoas. Eles nos deram muito trabalho, mas continuam fabulosos, vivendo da mesma forma, em plena mata, com seus valores e tradições".

Ao final do depoimento, o indigenista elogiou a atuação do Governo do Paraná, "que está dando um exemplo fantástico a outros Estados e que viu no índio uma criatura que precisa ser assistida". "Não é em todo lugar que há essa receptividade, em muitas regiões do Brasil o índio ainda é visto apenas como um bicho que anda pela mata", concluiu.

O CORAÇÃO CHORA MAS NÃO ABANDONA O COMBATE

TRADIÇÃO

Raoni Líder caiapó

É preciso resistir e continuar divulgando as tradições indígenas para que o homem branco veja, ouça, acredite e respeite.

Eu sou índio. Sou conhecido como índio. Aprendi a viver como meus avós viviam. Eu me formei como índio caiapó tradicional, aprendi a cultura, a música e as festas com meus avós, com meus pais, que as deixaram para mim para que eu continue a tradição, a minha cultura. E temos que mostrar a realidade da nossa cultura, da nossa tradição, da nossa língua, dos nossos rituais. Meu interesse é ajudar qualquer índio que precise de mim. Estou à disposição. Minha luta é essa e eu vou continuar para sempre, até onde der.

Na minha tribo ainda usamos jenipapo e urucum para pintar. Ainda fazemos as celebrações dos nossos antepassados. No meu povo ainda existe tradição. E, meu pessoal, temos que manter a tradição, a língua, a cultura. É muito importante deixar alguma coisa para os nossos netos e bisnetos. Quando eles forem estudar e se formarem, eles vão ver o nosso trabalho. É isso o que penso.

Quando vejo uma manifestação da tradição indígena, como uma dança e cantos, fico muito emocionado, e ao mesmo tempo sinto tristeza e preocupação. Por que sinto isso? Por outro lado, penso numa maneira para continuarmos a viver, cantar, fazer as festas tradicionais de nossa cultura. Mas choro dentro do meu coração e por isso não gosto, nunca, de nenhum branco, de tê-lo como meu amigo no coração. Então, meus parentes, meu povo indígena, estou aqui para ajudar, falar, lutar e conseguir as coisas que precisamos.

O homem branco chegou aqui e fez dívidas conosco. Ele vem destruindo a terra dos índios, a floresta dos índios, as matas. Não temos culpa de estarmos nos misturando com os brancos. Nós índios não temos culpa disso, a grande culpa é do homem branco que chegou aqui no Brasil e fez isso. Lá na minha terra, eu defendi, eu tenho a área demarcada, homologada. Eu não deixo nenhum pescador entrar na minha reserva para pescar. Eu preservo tudo. Por que? Porque com isso eu vivo, meu povo vive, caçando os bichos que vivem no mato, como o jabuti, a anta, os macacos e muitos outros. Então, o homem branco tem dívida com os índios. Eu nunca vou deixar de ajudar meus parentes, não só aqui, mas em outras regiões. A minha luta é essa. Vou continuar a minha luta até onde der. Eu estou aqui à disposição de todos que precisarem.

Eu não sei, até agora não compreendi, até hoje não consigo compreender as coisas que estão acontecendo no meio dos índios depois que o branco chegou à nossa terra. Antigamente, no meio dos povos indígenas, não existia a doença dos brancos. A gente não precisava tomar remédio, comprimido ou injeção. A gente não usava isso. Mas hoje, qualquer coisinha, uma gripe, uma tosse, qualquer doença que aparece, a gente corre atrás dos remédios. Alguns índios já foram misturados no meio do branco. Por quê? Porque o branco enganou muito o índio no Brasil inteiro. Dava cachaça; fazia coisas que não podiam ser feitas com os índios.

Os brancos, na realidade, são inimigos nossos. Em vez de ensinar coisas boas para nós índios, ele ensina coisas ruins, coisas erradas, coisas feias. Não gosto e nunca vou gostar disso e nem vou aceitar na minha aldeia. Vocês que já se misturaram com os brancos, não têm mais força. Se está pensando em ser índio, já não tem mais jeito. Por que aconteceu isso? O branco mesmo levou o índio ao

caminho errado. Enquanto estiver vivo, não vou deixar acontecer na minha aldeia! Eu não vou deixar! Hoje, existem cachaças, bebidas alcoólicas, que o branco oferece aos índios e engana os índios para se aproveitar. O branco é muito ladrão. Rouba a terra. Engana o índio. Não aceito isso! E não tenho de esconder o meu sentimento por todos nós. Sempre falo a verdade. Falo francamente com todo mundo.

Hoje estamos no meio dos brancos. Mas vocês me vêem com meu colar e meu cocar. Estou mostrando a minha realidade. Sou uma pessoa simples que luta; e o que busco não é só para mim, é para todo mundo. Meu pensamento é esse.

Nunca aceitei promessa de brancos, de empresários, de pessoas ricas, que já tentaram me enganar para eu mesmo ficar contra os meus parentes. Se eu fosse uma pessoa sem pensamento, teria aceitado e teria destruído minha terra, acabado com tudo o que tenho ainda nas matas e nos rios.

Mas quando uma pessoa de fora vem falar comigo, tentar colocar algumas idéias sobre o trabalho, eu consulto primeiro a Funai para que ela me ajude. É para isso que a Funai existe. Eu nunca vou passar por cima da Funai e mexer com outras coisas sem consultá-la. Nunca trabalhei assim e não vou pensar em agir assim. Por isso digo que temos de manter a Funai. Temos que ajudá-la para que ela fique forte e possa, então, cuidar de nós. Nós caiapós nunca vamos brigar com a Funai por causa de dinheiro. Nunca fizemos isso. A Funai está ali para cuidar do índio, estudar casos indígenas com relação a demarcação das terras, com relação à saúde – quando funcionava a saúde na Funai. Então, para isso, temos que proteger a Funai, manter a Funai, segurar a Funai. Temos que pedir ao governo federal que mantenha a Funai. Nós, índios, temos também que fazer a nossa parte para ajudar a Funai a ficar forte.

A minha luta começou há muito tempo e eu vinha lutando sozinho por todos. Eu brigava com a Funai. Brigava com o ministro. Brigava com o presidente da República. Na época, brigava por terra. Brigava por todos os nossos direitos. Eles falavam mal, respondiam, mas eu continuei a minha luta. Chegava, falavae eles respondiam mal. Mas eu criava coragem, puxava a orelha, puxava o nariz para escutar e conhecer a realidade da minha luta por todos nós. Então, a minha luta começou assim e hoje, com esse trabalho, sou



conhecido no mundo inteiro, como todos vocês sabem. Eu luto por todos, por todos os meus parentes, por todos os meus irmãos índios, pelo Brasil inteiro. Eu não luto só pelo meu povo. Eu luto por todo mundo.

Estou aqui muito feliz, muito emocionado, muito contente, de estar conversando sobre a nossa tradição, a nossa língua, a nossa cultura, a nossa música. Isso é muito importante para todos nós. Temos que mostrar a nossa realidade para que os brancos vejam, ouçam, acreditem e respeitem. É o que penso. É o que sempre falo para todo mundo. ✨

“Eu não sei, até agora não compreendi, até hoje não consigo compreender as coisas que estão acontecendo no meio dos índios depois que o branco chegou à nossa terra.”



TRADIÇÃO

Teodoro Tupay Alves

Professor bilíngüe da Reserva de Ocuí

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E AS LIMITAÇÕES DA ESCOLA

Enquanto a escola alfabetiza, a preservação da cultura depende da família e das gerações mais velhas.

Através da cultura a criança encontra o adulto e a comunidade encontra a educação. Sem a cultura, ninguém se aproxima da educação positiva. Por isso é importante que a comunidade indígena procure se aproximar, procure as pessoas mais velhas, as pessoas que têm experiência na comunidade. Eu sou professor mas quando estou na frente de uma pessoa idosa, sou aluno ainda. Para ser um bom professor, tenho que ouvir principalmente as pessoas mais velhas da minha comunidade.

Existe educação familiar na comunidade indígena, principalmente na reserva guarani de Ocuí, à qual pertenço, onde ela é discutida em grupo. Na sociedade guarani a participação dos mais velhos é importante, assim como das lideranças, pois a pessoa mais velha é um documento vivo da comunidade. Na minha comunidade eles são chamados também de “liderança na sala de aula”.

Ao tratar de educação diferenciada para os indígenas, eu gostaria de falar também sobre a educação familiar, na qual as crianças aprendem em casa, com a família. A criança começa aprendendo primeiramente com a família, depois é que ela passa a frequentar a educação escolar. Mas quando chega à escola, a criança passa a estudar a língua para apreender a ler e a escrever. O ponto mais importante da educação indígena é a aprendizagem da criança junto à família, pois junto a ela a criança cresce aprendendo a respeitar a sua cultura, a sua língua. A criança começa a se acostumar junto à mãe, enquanto a mãe está cantando. Vocês não perceberam isso?

Outra coisa, a educação escolar para a comunidade indígena se concentra na alfabetização da criança. Na escola, a criança começa a ter amiguinhos, começa a conversar, a trocar idéias, a conviver com outras crianças.

Mas na escola o professor guarani não ensina a cultura. Sabem por que? Porque a criança vai à sala de aula só para se alfabetizar, pois o professor guarani não tem tempo e jamais terá tempo para ensinar a cultura.

Para transmitir a cultura, a comunidade



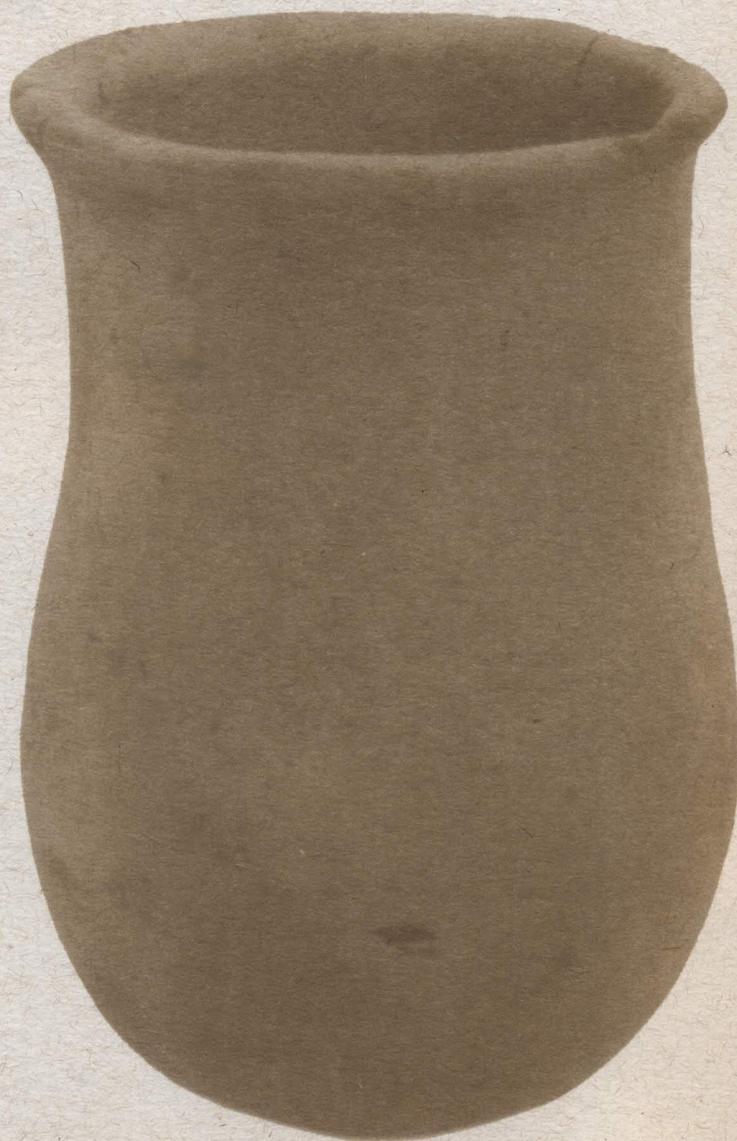
indígena, guarani principalmente, tem a casa de reza, onde se aprende danças e cantos. Eu, que tenho apenas doze anos de experiência em sala de aula, não fico sozinho fazendo atividade de formação. Ao meu lado, está sempre o meu mestre que é a pessoa mais velha, o rezador. Daí é que vem propriamente a educação.

O rezador, a comunidade e as pessoas mais velhas sentem-se desta forma valorizadas. E a educação melhora. Além de não se sentirem isoladas, as pessoas mais velhas dessa maneira se vêem valorizadas e têm assim mais vontade de acompanhar e de ajudar os professores e as lideranças.

Na educação, para acontecer a educação, a gente não pensa só no caderno e no lápis. Para acontecer a educação, tem de ter espaço, uma reserva garantida, demarcada. É lá que acontece a educação, na reserva, na aldeia garantida, demarcada, onde tanto o guarani quanto os demais povos têm segurança. A criança guarani e a caingangue perderam muito estudo, perderam muita oportunidade, devido a essa luta pela terra. A cultura somente pode acontecer quando há um lugar seguro.

A saúde também depende da terra garantida e, desta, depende a comunidade para que possa produzir o alimento e também estudar, porque a criança sem saúde não vai à escola. Há todas essas coisas. A preocupação é grande.

Estarei sempre falando em nome do meu povo guarani e ajudando também o meu parente caingangue a defenderem seus direitos. E, se for preciso, estarei ajudando também as pessoas carentes. O não-índio também está sofrendo? Está sofrendo. Então, hoje, a gente precisa da união tanto da sociedade indígena quanto da sociedade não-indígena. Essa é a minha fala. ✨



TRADIÇÃO

Francisco Manoel Antonio
Professor bilíngüe da aldeia de Palmas

A MOBILIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS É O CAMINHO

O resgate e fortalecimento da cultura depende da ação dos professores e líderes das diversas comunidades.

A cultura indígena é composta de realidades diferentes, de históricos de povos diferentes. Eu vou falar especificamente sobre o povo caingangue. Nós temos um contato com a sociedade não-indígena, com o branco, há aproximadamente 300 anos. E nesse período nos impuseram sua política econômica, educacional e nós fomos acabando, perdendo características de nossa cultura.

Nós dançávamos, cantávamos, fazíamos artesanato para suprir as necessidades de sobrevivência. A natureza nos dava o sustento. No passar desses séculos, o caingangue, especialmente falando, perdeu muito da sua cultura. Em algumas terras indígenas, ainda preservam a língua e os rituais. Um exemplo é a terra indígena em Chapecó, no estado de Santa Catarina, onde o pessoal tem o “qiqui”, o ritual caingangue do culto aos mortos.

Nós professores indígenas, nós lideranças, temos que fortalecer essa cultura. Os nossos antepassados sempre tiveram conhecimento e repassaram de geração a geração os cantos, as danças. Lembro que a minha avó sempre falava muito das danças.

Todo o povo caingangue, assim como os outros povos indígenas, tem uma aprendizagem junto à natureza, junto aos animais, e têm um respeito muito grande por tudo que nos cerca.

Muitas vezes, a sociedade não-indígena, principalmente na Região Sul do país, alega que no Sul não há índio, porque não se vê gente de cocar e coisas assim. Mas eu ainda falo a minha língua. No pouco território que o governo nos deu, embora tudo aqui antes fosse nosso, a gente consegue ainda manter a nossa alimentação e ter as nossas curas medicinais. Algumas terras indígenas têm os *cunhã*, que vêm contribuindo muito para o fortalecimento cultural e são uma das características de identificação do povo caingangue. E nós temos que nos colocar à frente desse processo.



Há uma preocupação quanto à cultura indígena como um todo, não só do caingangue. Vários povos indígenas perderam praticamente tudo. Mas eles estão se mobilizando, estão se organizando e resgatando essa cultura. Então, aqui eu faço um apelo: o de que nós, professores indígenas, lideranças indígenas – tem que partir de nós – devemos nos conscientizar da importância dos nossos valores culturais como um todo. Vamos atrás disso, vamos buscar esses conhecimentos. E quem tem esses conhecimentos são os nossos índios mais velhos. Temos de buscar uma maneira de adquirir esses conhecimentos para nos fortalecermos e para mostrarmos à sociedade não-indígena que ainda temos a nossa cultura caingangue, a nossa pintura, o nosso artesanato, a nossa alimentação, as nossas curas medicinais, os nossos curandeiros. Esse é o nosso papel.

Eu me preocupo muito porque as sociedades não-indígenas estão muito próximas das comunidades indígenas. E a sociedade não-indígena manipula muito os índios, usa os índios, leva o índio para o mau caminho. Por outro lado, os governos federal, estaduais e municipais, os órgãos ligados aos problemas indígenas, têm uma dívida muito grande com os povos indígenas do Brasil. Eu não estou falando aqui especificamente dos caingangues, mas dos povos indígenas do Brasil. Pedimos a esse poderes que dêem apoio e que respeitem os anseios da comunidade indígena com relação à cultura, à educação, à saúde, em todos os aspectos. Eles têm que tomar providências, porque é dever deles fazer com que as coisas aconteçam na prática. ✨

“Nós dançávamos,
cantávamos,
fazíamos artesanato
para suprir as
necessidades de
sobrevivência.
A natureza nos
dava o sustento.”





O APELO DO ARROZ, DOS REFRIGERANTES E DO FRANGO ASSADO

CULTURA

Marcolino da Silva
Pagé da Área Indígena de Karuguá

Poucos povos preservam os costumes de seus antepassados e as crianças começam a recusar a comida indígena.

Resgatar as culturas e as tradições está se tornando muito difícil, porque hoje vivemos no meio dos brancos. As crianças, principalmente, conhecem mais a cultura dos brancos que a indígena. E a razão disso está na destruição das matas e também dos rios.

A minha preocupação é com nossos filhos e netos. Na minha aldeia, em que há quarenta e nove indivíduos, as crianças já não querem mais a comida própria dos índios, querem arroz, frangos congelados e refrigerantes. Quando a gente mostra mel de abelha, elas recusam. Se oferecemos bolo assado nas cinzas, elas não querem. Então, como é que a gente vai resgatar a cultura? É difícil, é muito difícil.

Eu me lembro muito bem da época em que tinha de 9 para 10 anos. Passava a maior parte do tempo no mato; meu pai caçava muito e nós vivíamos à base de carne de caça. Não é mais assim com as crianças. Em muitas aldeias dos guaranis e dos caingangues, para falar a verdade, eles já perderam a cultura e a língua. É por isso que eu digo que o estudo é muito bom, mas tem um lado negativo. Pois muitos índios quando têm estudo, quando terminam a faculdade, não querem mais ser índios, não querem mais falar em sua língua, ou têm vergonha de falar na nossa língua aqui na cidade. Eu nasci como índio e vou ser índio, porque falo a minha língua.

Acho que os povos mais resistentes são os guarani, xavantes e caiapós. Num encontro de indígenas no Mato Grosso, há dois anos, havia dezesseis povos, e deles todos apenas dois mantinham as suas próprias línguas, culturas e tradições – esses eram os xavantes e os caiapós. Já aqui, no sul do Paraná, os que até hoje conservam a sua cultura, a sua dança, o seu canto sagrado, são os guaranis. Não é que eu esteja criticando os caingangues ou outros povos, não. Eu apenas falo o que estou vendo.

Na semana passada, apareceu um pastor na minha aldeia; chegou com a Bíblia debaixo do braço e falou para mim: cacique, eu quero que você me dê autorização para que eu possa pregar a palavra de Deus de modo que vocês a ouçam e a entendam. Diga-me – perguntei – você é de onde? Disse-me ele: sou daqui de Piraquara, vizinho de vocês. Eu respondi: não, desculpe-me, pode pegar sua Bíblia, o seu carro e se mandar, porque eu tenho a minha própria religião, tenho a minha casa de reza e não posso trocar a minha religião por outra religião. Todo povo tem que respeitar a religião dos outros povos. Eu acho que tem que ser por aí.

Eu mesmo já fui crente, fui por cinco anos. O finado Aristides Gabriel, um grande pajé que não existe mais, sempre me falava assim: você não pode fazer isso; não pode fazer aquilo; vamos continuar com a nossa cultura, isso é o mais importante. Na época, para mim nada servia, mas hoje, vejo que ele estava certo. ✨



EDUCAÇÃO

Pedro Seg-Seg
Vice-presidente do Conselho
Nacional dos Povos Indígenas

A LONGA

JORNADA

ATÉ A UNIVERSIDADE

Antes que os índios conseguissem vagas em cursos universitários, foi necessária uma longa luta.

E faz trinta anos que atuamos como profissionais na área de educação. Começamos em 1972, quando foram contratados os primeiros índios para trabalhar, como funcionários públicos, na Funai. E demorou trinta anos para vocês ingressarem na universidade. Ou mais que isso. Vejam vocês, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi criado em 1910 pelo marechal Rondon, e só em 2002 tivemos o ingresso de indígenas na universidade. Então, imaginem como era difícil a vida, como foi dura a vida. Na época do SPI, os estados, os municípios, as autoridades eram contra todas as ações do SPI. O SPI era comentado, criticado e vigiado pela própria política do estado. Naquele tempo tivemos muitos chefes de postos indígenas, muitas autoridades que eram desse Serviço de Proteção aos Índios, contrários às idéias dos índios. Eles não deixavam os índios aprender a voar. Eles simplesmente cortavam suas asas para não poderem voar.

O índio esteve até hoje sob aquele domínio: eu sou SPI, eu mando! Eu faço acontecer! Nossos pais, nossos avós sofreram. O órgão público era todo poderoso. O índio tinha medo. Eu tinha medo. Eu tinha medo do órgão público.

A Funai começou a nascer mesmo em 1967. Eu era rapaz novo e me lembro muito bem quando começou a mudança de SPI para Funai. Também foi um processo negativo na época. Só militares, sargentos, tenentes, majores, coronéis, mandavam na Funai. Os dirigentes, em Brasília, eram generais: generais do exército, generais de brigadas, generais de todos os tipos. Nem eram da ativa, mas aposentados. Um profissional militar que tinha trabalhado com soldados por vinte e cinco anos de repente recebia poder para dominar os índios.

Você imagine a desgraça que foi na época! Foi violento!

O que aconteceu com o patrimônio indígena, animais e tudo e tudo que era de direito ambiental? Venderam tudo. Na Ilha do Bananal venderam mais de duas mil e quinhentas cabeças de gado. Colocaram serrarias em toda a parte. Conheci Palmas em 1962 com pinheiros enormes e imbuías que não dava para abraçar. Acabaram com a madeira de Palmas. A entrada da reserva em Chapecó era uma floresta. Hoje, não tem nada! Guarita, em Rio Grande do Sul, destruíram. Destruíram também Mangueirinha com a serraria. Em Guarapuava, pegaram os índios para trabalhar dia e noite. Em Ibirama, contratos

feitos e renovados com grandes firmas e o índio não tinha vez.

Se o índio falasse, era punido! Tanto é que Ângelo de Gretão, o falecido Ângelo de Gretão, apareceu na minha aldeia, amarrado, acorrentado e acompanhado por dois soldados com fuzis às costas. Criaram uma penitenciária em Goiás para onde iam todos os índios que se revoltassem contra as ações militares. Eu mesmo quase fui preso na época, mas os índios me defenderam em Guarapuava, senão, eu estaria preso e nem iria saber o que era de mim hoje.

As coisas começaram a mudar em 1969. Fui convidado pelo primeiro administrador civil da Funai, o Dr. Brasileiro, a ir para a escola montada no Rio Grande do Sul. Ele me convidou pessoalmente porque eu era um revoltado em minha aldeia. Eu me revoltava contra todo mundo, incluindo a própria Funai. Não entendia por que o órgão público de defesa dos direitos indígenas era contra os índios, os discriminava e processava. E fui ao Rio Grande do Sul sem saber que participaria de um processo que começava a mudar a história. Fiquei lá dois anos.

A própria Funai, em 1972, quando a gente começou o trabalho, ainda era um problema para nós. Porque éramos profissionais. Íamos atuar com a nossa língua. Íamos trabalhar com a nossa língua, com a nossa escrita e com a nossa forma

de ensino. E para tanto tínhamos que educar a Funai. Além disso, éramos discriminados pelas professoras brancas que trabalhavam conosco. Criticavam abertamente que “aquilo” não tinha valor. Não aceitavam que o índio pudesse também ter inteligência, autonomia e ser alguém na vida.

Em nossa época passamos fome no colégio. Tinha a Campanha da Fraternidade, que era feita pelos Estados Unidos, e por ela recebíamos leite e arroz nos quais havia até bichos, e nós tínhamos que separar os bichinhos para poder comer. A aveia era assim cheia de bichos e coisas que tirávamos com a colher. Lá liderei o movimento estudantil por dois anos. Lá eu já comecei a liderar porque não admitia que os meus colegas estivessem passando necessidade. Por que tinha que ser como a escola queria? Tínhamos que mudar o sistema da escola porque eu e os professores tínhamos uma visão de educação muito diferente.

Depois, no trabalho também foi difícil. Na época, em 1975 e 1976, eu já dizia: nós precisamos de uma coordenação indígena! E eu tinha já um negócio comigo de que os índios tinham de começar, desde aquele

momento, a assumir a sua postura de poder.

Mas éramos contrariados pelos chefes dos postos, pelas lideranças da época e pelos próprios professores que trabalhavam conosco. Éramos discriminados.

Graças a Deus, acho que vencemos uma batalha. Hoje temos monitores, professores e chefes de postos que se formaram naquela época. Fomos reconhecidos depois de muito tempo, muito e muito tempo. Não fomos exatamente reconhecidos, fomos respeitado pelas nossas vozes. Mas não fomos respeitado pelo trabalho, fomos respeitado pela nossa voz.

A educação no futuro, para mim, será uma constante disputa de postura, no Estado, no Município, na Funai, em qualquer organismo governamental ou não-governamental. E o que vai fazer valer o seu poder depois? O que vai fazer alguém te respeitar como tal? Será a tua língua. Será a tua escrita. Porque não adianta você dizer: eu sou índio, mas não falo a língua indígena. Vocês vão perder muito se deixarem a língua e a escrita. Porque, eu tenho sempre dito comigo, um povo deixa de ser um povo no momento em que perde a sua identidade. A identidade maior não é aquela identidade que tenho no bolso. A

identidade que o branco fez para mim. O que me identifica fortemente é o que eu sou. Aquilo em que me orgulho de ser, em ser índio, em falar a minha língua e escrever a minha língua. Isso

“Os quinhentos anos que já se passaram, nós sabemos, é uma história da resistência dos índios. Agora só Deus sabe dos próximos quinhentos anos.”

me deu poder. Se eu não tivesse isso, nesses quatorze anos de luta já teriam me quebrado há muito tempo. Porque, não vão pensar que, nesses quatorze anos de Conselho Indígena, eu não tive perseguição da Funai, de administrador, de presidente da Funai. Mas eles não me quebraram porque eu tenho uma língua, eu tenho uma escrita.

Os quinhentos anos que já se passaram, nós sabemos, é uma história da resistência dos índios. Agora só Deus sabe dos próximos quinhentos anos. Mas esses outros séculos, guardem bem isso, vão ser de disputa constante. Nessa disputa por espaço, vocês vão sofrer muito, porque quem está num cargo não vai querer que um índio assuma. Jamais vai querer isso. O estado tem a sua proposta educativa. Nós não temos. O município tem a sua proposta educativa. Nós não temos. Discutem o currículo diferenciado. Discutem a escola diferenciada. Discutem tantas coisas sobre o nosso problema, mas nunca escutam o índio, a proposta do índio. Nós temos que nos unir para dar a nossa proposta. Qual a melhor qualidade educacional para o futuro das nossas crianças? Qual será? Como ela deverá ser? Nós queremos que nos ouçam. ✦

EDUCAÇÃO

Gilda Kuitá

Presidente da Associação
dos Professores Indígenas

A DURA CONQUISTA DA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

Os não-índios já entendem e respeitam as diferenças culturais, agora falta convencer os indígenas.

A educação bilíngüe para os indígenas começou nos anos 70, no Rio Grande do Sul. Eu me formei na primeira turma, depois de enfrentar muitas dificuldades. Ficamos dois anos estudando lá, na escola Camarão – esse era o nome da escola –, onde formaram-se dezenove professores bilíngües. No entanto, na época nem a Funai nem os órgãos de educação estaduais ou federais aceitavam essa educação diferenciada. Tivemos muitas dificuldades e muitos desistiram. Mas um grupo minoritário de professores daquela época persistiu. Depois vieram outros, e mais duas turmas se formaram.

Para chegar ao que hoje eles chamam de Educação Específica e Diferenciada, muita gente teve de lutar; nós, indígenas, nós, professores índios, nós, os não-índios, muita gente lutou para que conseguíssemos esse espaço. Hoje temos espaço no Ministério da Educação, uma representante. Agora conseguimos um espaço na Secretaria da Educação e estamos conseguindo também nos municípios.

Acompanhei vários documentos feitos nesse sentido. Em 1999, estive em Brasília para assinatura de um compromisso do governo nos abrindo espaço nas secretarias de educação. Mas as coisas são muito demoradas: foi em agosto de 1999 que assinamos esse documento, fizemos esse documento lá com professores de vários estados. Estamos em 2002 e só agora conseguimos o espaço prometido.

As coisas são difíceis e demoradas porque ninguém sabe da educação indígena. Os não-índios não entendem nada. Eles dizem assim: “ah, os índios que se virem lá, esses professores aí não sabem dar aula”! Os não-índios não sabem do nosso conhecimento.

Nós, professores, eu como representante dos professores, negociamos para tentar fazê-los entender o que é a educação indígena, sua diferença, sua especificidade. Mas mudar a idéia das pessoas é muito difícil.

Por outro lado, eu me sinto muito feliz, eu sinto que as coisas estão melhorando. Hoje todos falam em educação indígena. E agora surgiu um novo problema: os não-índios estão entendendo, mas nós não estamos entendendo ainda. Antes a dificuldade era conscientizar os não-índios. Hoje o problema é conscientizar os índios.

A educação mudou, agora a educação específica é um direito que conquistamos, e é lei. Promover a educação indígena já é lei. E aí começa uma nova negociação: tentar fazer com que as comunidades indígenas, suas lideranças,

entendam os direitos que conseguimos na educação. Acredito que muitas coisas estão mudando. As comunidades começam a entender que, por exemplo, a língua e o resgate da cultura são direitos seus. Hoje, às vezes, queremos fazer esse tipo de trabalho e não conseguimos, nós, professores, por falta de apoio.

Os não-índios agora entendem que a nossa vida é diferente, que a nossa sociedade é diferente. Mas, nós, índios, por outro lado não compreendemos. Sempre disseram para nós: a tua cultura não serve para nada, a tua língua não serve para nada, porque índio é isso e aquilo. Eles põem a gente lá embaixo. Daí nós copiamos os brancos e não queremos mais ser índios. De repente vem um professor índio e diz: não, agora mudou, agora nós vamos fazer os nossos rituais, as nossas danças aqui na escola, nós vamos aprender a escrever a nossa língua! É difícil isso. É muito difícil! Eu sei que os professores índios encontram muitas dificuldades nisso. Mas, eu sei que isso muda também.

A gente sempre tem uma esperança. A educação bilíngüe começou há trinta e dois anos e às vezes penso se o esforço todo vai valer a pena. Mas já valeu! Eu mesma respondo para mim: já valeu a pena! Eu consegui muitas coisas. Eu tenho alunos que já se formaram no ensino médio. Tenho alunos que já estão na faculdade. Alunos de quando eu comecei a dar aula. Meus próprios filhos, que foram meus alunos, vão fazer a faculdade e eu vou fazer junto com eles. A gente fica feliz em ver isso!

Quero fazer um apelo: a nossa associação de professores vem sofrendo muitas dificuldades e necessitamos do apoio de vocês, porque sozinhos não vamos conseguir nada. Temos que nos unir. A escola vai ser como uma família, para lutarmos juntos e fazer uma educação que não sejam outros quinhentos anos semelhantes aos que sofremos. Eu sempre digo: os quinhentos anos que se passaram foram de massacre físico, agora é massacre psicológico, eles nos atacam psicologicamente. Só vamos entender isso através da educação.

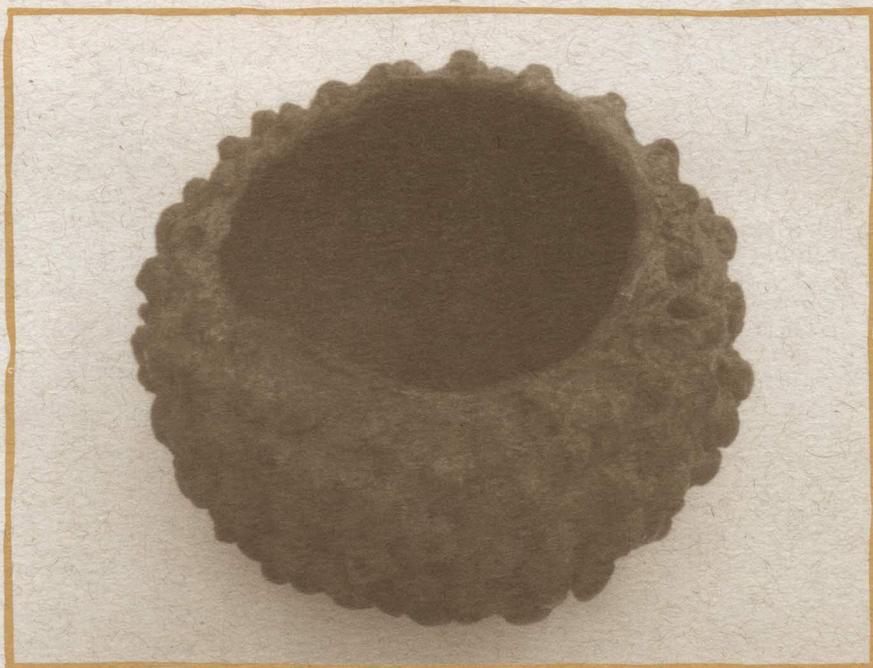
Essas nossas crianças, esses nossos alunos... Às vezes fico pensando: como será, meu Deus, daqui a 15 ou 20 anos? Será que essas crianças vão conhecer o que eu conheço? Será que eles vão comer a comida que eu como? Será

que eles vão falar a língua ainda? Eu fico muito preocupada! O que acontecer daqui para frente será nossa responsabilidade, da liderança que está aí. Porque hoje o mundo dos povos, o mundo dos não-índios está muito difícil. Se nós não entendermos essa sociedade lá fora, nossa comunidade vai sofrer muito.

Nesses quatro anos que fiquei na associação, tive dificuldade de fazer muitas coisas, mas o pouco que conseguimos valeu a pena. Acho que valeu a pena, mas nós não vamos nos contentar só com isso. Não! Nós vamos lutar mais ainda! Temos muita coisa por fazer ainda e a gente sabe disso. Nós, que somos lá da escola, lá da comunidade, nós sabemos que a merenda está mal, que a escola está precisando de reforma, de salas, de mais professores. A dificuldade é grande, mas vamos conseguir.

Eu quero que vocês sempre lembrem que é através da educação que vamos viver uma vida melhor, vamos ser como os não-índios sem deixar de ser o que somos. Queremos assim. ✨

“A educação mudou,
agora a educação específica
é um direito que conquistamos,
e é lei. Promover a educação
indígena já é lei.”



A CELEBRAÇÃO DA VIDA EM TODAS AS COISAS

A cultura indígena considera todas as coisas como seres vivos, do rio às pedras, da floresta à montanha, e ensina que respiramos e nos alimentamos de seres sagrados.

Uma manifestação importante da cultura indígena, conhecida por todos vocês através de documentários, de vídeos, de apresentações de nossos parentes, são as danças, os cantos, as festas, que variam de povo para povo, de grupo para grupo. Eu queria pedir a vocês que procurassem conhecer um pouco mais sobre o que significam esses cantos, essas danças, essas rodas, esses círculos que os povos fazem, sobre o que significa mais profundamente os pés batendo no chão de terra, de terra pura, das diversas terras do Norte ao Sul do Brasil. Eu queria que a gente procurasse compreender mais profundamente o que significam as nossas pinturas, as paramentas que em dias de festa, em dias de ritual, são apresentadas ainda hoje por vários povos, por inúmeros povos. Dentro desses atos que muitos classificam como credíces, está um entendimento muito profundo do que é a vida e uma prática de celebração da vida.

A cultura indígena, em contraste com outras culturas, considera todas as coisas como seres vivos, não só os seres humanos e não só o reino animal. Uma montanha, uma floresta, um riacho, a água, a pedra, são seres tão cheios de vida quanto os seres humanos. Os animais, todos os tipos de animais, são seres tão cheios de vida quanto os seres humanos. E mais que isso: os seres vivos, todos esses seres, as águas, as pedras, as montanhas, fazem parte dessa grande família humana. Essa é a essência da cultura indígena, e ela está presente na cultura guarani, na cultura caiapó, na cultura xavante, na cultura ianomâmi, em todas elas.

Quando os guaranis cantam para vocês, embora muitos não reconheçam e não saibam o significado das palavras, acredito que todos percebem que ali tem alguma coisa de reverência, alguma coisa de gratidão, alguma coisa muito maior do que simplesmente entoar uma música. Por trás desses cantos está o reconhecimento profundo da vida e de tudo o que existe em torno dela, fora de nós e dentro de nós, como seres vivos. E é para isso que são endereçadas as festas, é para isso que são endereçados os cantos e as danças. É para reconhecer e celebrar a vida que existe em cada coisa. Esse é o principal ponto da cultura indígena.

Mas o que significa isso mais profundamente? Significa que a vida, a vida como nós a entendemos – nós que ainda mantemos uma relação muito estreita com

a alma ancestral, com o espírito ancestral do ser humano, é também uma troca. Se você vive numa terra e essa terra lhe dá vida, essa terra o veste, essa terra lhe dá moradia, essa terra lhe dá tudo o que você precisa, essa terra possibilita que você use a inteligência para transformar e materializar as coisas, unindo a inteligência com a vida que brota da terra para, por exemplo, fazer a cadeira em que sentamos – então, se ela lhe fornece tudo isso, você tem de dar algo em troca. Esse algo em troca é que pode ser considerado a cultura indígena.

Mas eu gostaria que fosse muito mais do que cultura indígena! Esse algo em troca é a sua energia de gratidão, de reverência a todos os seres vivos. Isso é a cultura indígena. E quando acontecem esses atos de gratidão e de reverência a todos os seres vivos, tudo em torno, todo espaço em volta se torna uma coisa que os guaranis chamam de *tequaporã*, torna-se uma coisa chamada “espaço sagrado”. E tudo o que está em volta, torna-se uma coisa que os guaranis chamam de “terra sem males”. Quando você celebra a vida na terra, quando você celebra uma árvore por meio de uma festa, quando você celebra a serra, montanhas, rios, por meio de ritos, de danças, de cantos sagrados, você torna essa terra sagrada, você torna essa terra cheia de vida, cheia de energia, você torna também essa terra alimento para a alma e alimento para a inteligência.

Nós acreditamos que só pode haver vida onde existe essa energia espiritual – podemos dizer que esse é o alimento que não é alimento físico. E a cultura indígena cuida de oferecer à terra o alimento da reverência e da gratidão e desse modo ela gera energia de vida, multiplica a energia de vida que torna o mundo habitável.

Se vocês prestarem atenção, se a gente prestar atenção, vamos ver que todos os lugares – do Sul ao Norte do país –, os lugares onde hoje estão as grandes cidades, as metrópoles, todos eles eram, na verdade, lugares de cultos das culturas indígenas. Eram lugares de festa, de cerimônias, de ritos, de danças, de cantos. Esses lugares foram vivificados pelos nossos ancestrais. Nossos antepassados deixaram esses lugares como corações vivos pulsando e interagindo com todos os reinos, todos os seres de vida: o reino animal, vegetal, mineral, o reino dos ventos, o reino do fogo. Isso é a cultura indígena.

Mas houve um momento em que essas coisas deixaram de existir. Os povos que chegaram aqui mais tarde, no século XVI, onde se fixaram? Onde vieram morar?

Onde vieram construir as cidades? Nos lugares em que pulsava a energia sagrada, porque eram lugares cheios de vida. Mas o que fizeram desses lugares que eram tão cheios de vida? Acabaram, acabaram com as culturas nativas e não deram continuidade à reverência à terra, à reverência ao ar, à reverência às águas, à reverência a todos os reinos de vida.

E hoje o que vive? O que é este tempo em que vivemos? É um tempo de ilusão! Todos nós acreditamos que estamos dentro de um sistema de vida, mas estamos dentro de um sistema de luta pela sobrevivência, luta pelo alimento, luta para superar doenças, luta para superar males. Nós não vivemos mais a vida. Nós procuramos apenas nos esquivar da morte prematura. Por que? Porque os povos que vieram para cá simplesmente jogaram no lixo a cultura dos nossos ancestrais e dos nossos parentes.

Creio, então, que devemos observar que a cultura indígena hoje não tem importância apenas para os nossos povos; seu papel é muito maior. O que o Raoni fala não tem importância apenas para o próprio povo Caiapó. O que os Xavantes falam não tem importância apenas para os Xavantes. Tem importância para a própria civilização humana, porque a civilização não sabe mais respirar a vida, não sabe mais cultivar a vida, já não considera sequer os animais como seres sagrados. Aliás, se a gente for ver, ela muitas vezes nem considera outros povos como seres inteligentes, como seres sagrados também. E aí está a causa de todas as guerras que existem. As guerras surgem quando um povo se considera maior ou melhor ou superior que um outro povo.

A grande contribuição que a cultura indígena pode oferecer hoje não se limita à manutenção de nossas tradições, ao respeito às nossas tradições, à proteção de nossas tradições. A grande contribuição será levar vocês e a civilização como um todo a assimilar alguma coisa do que essa cultura ainda preserva, principalmente o reconhecimento de que respiramos e alimentamo-nos de seres sagrados, que muitas vezes cedem a vida e nós nada damos em troca para esses seres, não fazemos qualquer reverência, não mostramos qualquer gratidão, nenhum sinal de reconhecimento. Isso causa a interrupção da vida. E a cultura indígena é a cultura do equilíbrio das vidas. É isso o que os guaranis celebram ainda hoje, passando todas as dificuldades que passam. Quando entoam seu canto sagrado, reverenciam a vida que há em tudo e reconhecem todos os reinos como seres desta grande família da terra. ✨

ONDE PECARAM AS MISSÕES

O principal erro das missões foi a recusa em aceitar as diferenças entre as culturas.

Meus pais trabalham há mais de trinta e cinco anos entre os caingangues no Paraná e eu tive o privilégio de nascer entre esse povo e de crescer entre ele. Apesar da minha aparência ocidental, sou acolhido de uma forma bem natural pelos indígenas. Atualmente, moro no município de Ortigueira, na área indígena de Queimadas, e considero um privilégio ter crescido em vários mundos, descobrindo que o universo é maior que nosso quintal. Assim aprendi que há muitas maneiras de abordar e interpretar certas coisas, definir certas coisas. Essa postura me leva a uma reflexão não muito acadêmica sobre a religião, me leva a uma reflexão intuitiva.

A teologia, me dizia um professor, se faz mais no coração que na cabeça, suas bases principais estão na intuição. A discussão da religiosidade não é fácil por ser uma discussão ideológica e não técnica. Quando se discute tecnicamente se colocam fatos, valores, números; e apresentar fatos e números é fácil. A questão ideológica, em contraste, exige pressupostos, e estes causam divergências. De qualquer forma, vou colocar alguns pressupostos para estabelecer uma base comum de discussão. Um pressuposto importante para mim é o de que há um Deus criador, que nós não estamos aqui por acaso, que nós não somos o fruto de uma noite desastrada, que nós não estamos aqui à mercê das forças naturais, que existe um Deus vivo e criador que está acima de tudo. Muita gente, eu sei, não crê nisso e tem de ser respeitada. Contudo, precisamos dessa base para nossa discussão.

Outro pressuposto bastante importante para mim é que existe um Deus revelado. O Deus que criou este mundo, que criou a nós, que criou a natureza, Ele se revelou também. Não é um Deus tão distante, um Deus que cria as coisas e depois as abandona. Eu acho que existe um Deus revelado e que infelizmente – isso aparece em todas as culturas – houve uma catástrofe, houve algum acontecimento que rompeu esse relacionamento com esse Deus supremo, com esse Deus criador, com esse Pai para o qual muitos nomes existem. O relacionamento rompido também é um pressuposto que estou colocando aqui e do qual eu parto para tecer as minhas idéias.

Um quarto pressuposto é o direito da livre escolha. Acho que todo ser humano tem o direito de optar pelo que ele acha bom e pelo que não acha bom, de optar por aquilo que aceita e por aquilo que rejeita. Essa liberdade, esse direito, tem vantagens e, geralmente para quem quer impor alguma coisa, desvantagens.

Acredito que nosso relacionamento com esse Deus criador, com o Deus supremo, é muito maior que as estruturas eclesiais criadas pelo ser humano, as

quais, às vezes, até impedem um relacionamento genuíno e puro. Mas não quero entrar na questão do denominacionalismo e quero falar das missões em geral. Talvez o que vou dizer possa parecer injusto para algumas, mas quero fazer observações de uma maneira ampla.

As missões em geral vêm sendo criticadas. Foram criticadas muitas vezes de uma forma dura, mas muitas vezes justamente. O que vem sendo corretamente criticado resulta do erro que muitas missões cometeram no achar que o que é diferente é errado – e assim supondo acharam que era necessário mudar modos de vestir, modos de dormir, o que comer, a maneira de se fazer certos ritos de iniciação. E por falta de conhecimento, por ignorância, acabaram impondo transformações. São muitas as missões que pecaram nisso.

Outro erro freqüente das missões estava na suposição de que qualquer coisa feita de forma festiva, de forma cerimonial, era automaticamente algo religioso, algo demoníaco. Mas nem tudo que é feito de forma cerimonial é religioso nesse sentido. Por desconhecimento, por ignorância, por falta de respeito, muitas missões pecaram nisso, ou seja, consideraram qualquer ritual, seja o de lavar os pés, seja o de pentear os cabelos, como elemento prejudicial que precisava ser alterado.

Terceiro ponto em que muitas vezes as missões erraram vinha do pressuposto de que toda a sua mensagem é uma mensagem divina, uma mensagem bíblica, uma mensagem com o direito de ser imposta aos outros, não considerando o fato de que eles também têm uma interpretação cultural daquela mensagem. Achando que o que dizem é automaticamente divino, erraram, pecaram e provocaram as críticas que eu considero justas.

Gostaria de enfatizar um ponto imprescindível no transmitir a mensagem. Estamos falando de religião ocidental, mas eu parto do princípio de que o Deus revelado, é um Deus revelado transculturalmente, é um Deus revelado acima das culturas. Ele se revelou dentro de uma cultura específica para ganhar carne e osso, para ser uma pessoa, para poder ser entendido, mas a mensagem que está por trás disso é uma mensagem que vale transculturalmente. A própria Bíblia mostra isso. A revelação se dá no povo hebraico, transita para o aramaico – e Jesus falou aramaico – depois é traduzida para o grego. Paulo transformou aqueles conceitos hebraicos e aramaicos de Jesus, em mensagens helenistas para a conversão dos gregos romanos. E nós muitas vezes não conseguimos tirar a mensagem do contexto grego, hebraico, romano, e colocar dentro do contexto do povo em que nós vivemos. Essa falha, esse erro, esse descuido, esse despreparo levou muitas vezes a uma deturpação da mensagem de Deus.

Eu parto do princípio de que há uma chave importante para que a mensagem seja contextualizada de uma forma benéfica ao povo. Essa contextualização, para mim, deve passar pelo crivo da língua. Nesses dias nós ouvimos muito sobre o valor da língua, porque a língua é muito mais do que palavras, do que articulações. A língua é aquilo que mostra o que está dentro de mim, é aquilo que mostra a minha cosmovisão, é aquilo que mostra o que eu penso e como eu penso. E quando quero introduzir um conceito novo, um valor novo, uma idéia nova através da língua de outro povo, a língua automaticamente me põe um cabresto, ela automaticamente me força a procurar as pontes corretas para que aquela mensagem seja entendida dentro do novo contexto.

Vou dar um exemplo bem particular. Arrombaram o meu carro e levaram minha mochila, onde estava todo o material para esta apresentação, o computador e outros objetos. Fiquei chateado com isso. Meus colegas perguntaram o que tinha acontecido e eu respondi em caingangue, mas pensando em português: roubaram a minha mochila. Notei então que tinha usado a palavra errada, já que estava conversando com caingangues. Eles diriam: a mochila se perdeu. Para o caingangue é assim: você só pode falar que foi roubado se você viu quem roubou; se não viu quem roubou, tem de dizer que perdeu. Já no contexto ocidental, dizer que a mochila se perdeu implica que eu não tive cuidado com ela.

Quando você quer introduzir algum conhecimento novo, seja em educação, saúde ou agricultura, você tem de passar pelo crivo da língua, e a própria língua o força a contextualizar de uma forma adequada. Acho que muitas dessas discussões que estamos tendo aqui não surtem o efeito desejado porque são feitas em português. Ou seja, as reflexões e argumentações são feitas em cima de um contexto grande, o do Brasil. A transposição disso para a área indígena não se dá em português, e há essa dificuldade de conseguir passar a informação na língua indígena, principalmente para os mais idosos, para as lideranças. Aqui nós todos nos entendemos. Só que lá na base as coisas não funcionam.

De qualquer forma, informações novas, novos valores e conceitos, ao passar pelo crivo da língua, têm uma grande chance de serem purificados pela própria língua, de serem contextualizados para que a mensagem não seja maléfica ao povo. E assim cria-se para o povo indígena o direito da livre escolha. E aí cada um opta pelo que achar que é melhor para si. Essa liberdade devemos conceder a qualquer povo deste mundo. A liberdade de ser contra e a liberdade de ser a favor. ✨

FOTOGRAFIAS

PÁG 05

Vasilhames Cerâmicos
Município Guaraqueçaba - PR
foto Carlos Z. de Aguiar

PÁG 07

Vasilhame Cerâmico - Tradição Tupiguarani
Forma Carenada - Pintura sobre englobo branco.
Município Ibioporã - PR
foto Carlos Z. de Aguiar

PÁG 13

Vasilhame Cerâmico - Tradição Kaingáng
Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara.
Final do Século XIX.
Município Ibioporã - PR
foto Carlos Z. de Aguiar

PÁG 14

Vasilhames Cerâmicos Caboclos
Litoral do Paraná
foto Carlos Z. de Aguiar

PÁG 15

Fragmento Cerâmico - Tradição Tupiguarani
18 x 11 x 0,87cm - Pintado com motivos geométricos.
Sítio Arqueológico Estádio de Sengés.
Município Sengés - PR
foto Jayme A. Cardoso

PÁG 16

Vasilhame Cerâmico - Tradição Itararé
Município Roncador - PR
foto Carlos Z. de Aguiar

PÁG 17

Padrão Decorativo de Cestaria - Tradição Kaingáng
Coletado em 1941 no Toldo das Lontras.
Município Palmas - PR
foto Carlos Z. de Aguiar

PÁG 18

Vasilhame Cerâmico
Fazenda Santa Bárbara
Município Ponta Grossa - PR
foto Carlos Z. de Aguiar

PÁG 20

Carimbos Cerâmicos - Tradição Guarani
Início do Século XVII. Do médio vale do rio Ivaí.
Serviam para pintura corporal e de tecidos.
foto Carlos Z. de Aguiar

PÁG 21

Fragmento Cerâmico - Tradição Itararé
Município Clevelândia - PR
foto Cláudia Inês Parellada

PÁG 24

Vasilhame Cerâmico - Tradição Tupiguarani
Nodulado.
Município Londrina - PR
foto Carlos Z. de Aguiar

Governador do Estado
:: Jaime Lerner

Secretária de Estado da Cultura
:: Monica Rischbieter

Diretor Geral
:: Carlos Henrique Sá De Ferrante

Chefe de Gabinete
:: Mara Moron

Cordenadora do Patrimônio Cultural
:: Maria Luiza Marques Dias

Agradecimentos especiais
equipe de organização do seminário
:: Aimoré Índio do Brasil Arantes
:: Angela Ceccatto
:: Cleide Fátima da Silva
:: Dorothi Oliveira
:: Edívio Battistelli
:: Jayme A. Cardoso
:: José Luiz de Carvalho
:: Lindair de Lara Vaz
:: Marcio I. R. de Barros
:: Marcos Vinicius de A. Muniz
:: Miriam Rocha Lourdes
:: Zulmara C. S. Posse

Coordenadora de Desenho Gráfico
:: Teresa Cristina Montecelli

Design Gráfico
:: Gabriela Marques,
:: Rita Solieri Brandt

Editor
:: Lionel de Almeida

Secretária de Redação
:: Regina Célia Rocha

Apoio
:: Assessoria de Assuntos Indígenas
:: Fundação Nacional do Índio - FUNAI
:: Instituto Ecoplan
:: Organizações Indígenas do Paraná
:: Governo do Estado do Paraná



SECRETARIA DA CULTURA

